

ANÁLISE E MELHORIA DOS PROCESSOS DE ARRECADAÇÃO DE IPTU

KAYAN GARCEZ GABRIEL¹; VANESSA BOETTGE DA SILVA²; ROSANA DA ROSA PORTELLA TONDOLO³

¹Universidade Federal de Pelotas – kayan10garcez@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – vanessaboettgedasilva@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – rosana.tondolo@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A administração pública municipal apresenta muitas limitações, principalmente quando se identifica um aumento nas demandas financeiras e uma redução/limitação nos recursos arrecadados pelo município. Diante das modificações fiscais e arrecadatórias envolvendo ICMS, o que afetou de forma negativa os municípios, e os resultados do último censo do IBGE, o qual levantou uma quantidade populacional menor do que no censo anterior, fazendo assim com que muitos municípios possam ter seus repasses federais reduzidos devido a sua população. A partir desses dois fatores é simples concluir que se até meados de 2022, os recursos dos municípios já eram limitados, após a modificação dessas 2 variáveis será quase impossível manter a saúde financeira dos municípios.

O Brasil possui 5.568 municípios, destes, 48 municípios com mais de 500 mil habitantes concentram 59% da receita total do tributo IPTU e reúnem 31% da população brasileira. Por outro lado, os municípios com até 20 mil habitantes, são aproximadamente 3770 municípios, os quais recolheram apenas 3% do IPTU do país e reúnem 15,2% da população brasileira (MULTI CIDADES, 2022).

A Frente Nacional dos Prefeitos, desde 2012, elabora o Relatório G100 referente aos 100 municípios brasileiros populosos com baixa receita per capita e alta vulnerabilidade socioeconômica. Dos 412 municípios brasileiros com mais de 80 mil habitantes, 112 se encaixam no G100 e representam 11,3% da população do país (G100, 2020). Esse percentual representativo da população brasileira está imerso em municípios que ao longo dos anos permanecem nesse ciclo de alta vulnerabilidade socioeconômica, a qual tem se mostrado muito difícil de romper.

Nesses relatórios são destacados a baixa capacidade arrecadatória dos municípios, bem como os problemas com os critérios adotados para os repasses federais (FPM) e estaduais (ICMS), os quais não levam em consideração as necessidades desses municípios que possuem altas taxas populacionais e baixa capacidade arrecadatória (G100, 2020).

Por exemplo, o município de Alvorada, no Rio Grande do Sul, tem população de 211.352 habitantes e integra o ranking G-100 desde a edição de 2012, em 2018, o município aparecia em 28º lugar, e em 2020 foi classificado em 33º lugar com renda per capita de R\$1.666,65 (G100, 2012, 2018 e 2020). No município de Alvorada 58% dos proprietários não quitaram o IPTU do exercício de 2018, fazendo com que o município deixasse de arrecadar 25 milhões de reais naquele ano (NETO, 2019). Alvorada é apenas um caso, dos muitos que temos no Brasil.

Diante disso, faz-se necessário um conjunto de soluções que auxilie não somente os municípios que integram o G-100, mas que auxilie os municípios de diversos portes e especificidades como um todo, algo (ações) que seja factível de ser implementado e que gere resultados ao município.

Os municípios brasileiros são heterogêneos no que diz respeito ao seu tamanho e realidade socioeconômica, bem como em relação aos meios que dispõem para exercer seu poder de tributar. Essa heterogeneidade termina se refletindo em oportunidades também diferenciadas para mobilização de recursos próprios. Em muitos municípios, é possível que a receita de IPTU seja pequena porque as características da economia local estreitam as possibilidades de arrecadação do imposto (AFONSO; ARAÚJO; NÓBREGA, 2013).

Há alguns anos, utilizava-se a limitação na eficiência arrecadatória de impostos municipais como sendo originada na proximidade nas relações entre os cidadãos e os administradores locais nas localidades menores, ou ainda, pelos repasses de recursos oriundos das esferas nacionais e estaduais (AFONSO; ARAÚJO; NÓBREGA, 2013).

Em muitos municípios, independentemente do tamanho, há o interesse de ser mais eficiente quanto à arrecadação tributária. No entanto, os municípios esbarram em obstáculos impostos pela legislação vigente e/ou deficiências administrativas, em um país que possui 5.570 municípios (IBGE, 2022) de diferentes tamanhos e necessidades, os quais apresentam os mais diversos níveis de eficiência na arrecadação tributária de IPTU.

SANTOS, MOTTA E FARIA (2020, p. 2) destacam que um dos principais problemas está na falta de precisão quanto cada um dos municípios brasileiros arrecada com a cobrança de seus tributos municipais, uma vez que coexistem no Brasil ao menos “três bases de dados oficiais com informações frequentemente discrepantes sobre as referidas arrecadações”, as quais são: SIOPS, SIOPE, e banco de dados de Finanças do Brasil – Dados contábeis dos Municípios (FINBRA). Infelizmente, essas bases apresentam centenas de dados faltantes todos os anos.

A inadimplência foi um dos principais fatores que contribuíram para essa queda na arrecadação, impulsionada pela pandemia e consequentemente pela crise econômica e desemprego. Vale destacar que a pesquisa destaca que a inadimplência pode ser evidenciada pelos indicadores de débitos inscritos em dívida ativa, as quais estavam sendo pagas parceladamente e que sofreram retração devido à conjuntura econômica. Os benefícios fiscais concedidos pelos municípios também afetam o recolhimento do tributo.

A baixa arrecadação do IPTU impactou principalmente as cidades de médio e grande porte populacional. Os municípios com população entre 200 e 500 mil habitantes tiveram uma queda média de 5,2% do IPTU no ano de 2020, enquanto os municípios de menor porte tiveram uma queda de 0,3% para o mesmo período (MULTI CIDADES, 2022).

Este estudo tem como objetivo identificar um conjunto de soluções que podem ser aplicadas aos municípios visando a melhoria na arrecadação do IPTU.

2. METODOLOGIA

Este estudo apresenta uma parte de um projeto de pesquisa intitulado “Análise e Melhoria dos Processos de Arrecadação Municipal: Proposição de um modelo integrado de gestão”. O projeto em questão conta com o apoio da Fundação Delfim Mendes Silveira para a sua execução, e tem como objetivo desenvolver um sistema de gestão de processos de negócios para o setor de arrecadação da administração pública municipal.

A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa e exploratória com servidores de um município da Azonasul com o intuito de compreender a dinâmica dos processos e do sistema informatizado de gestão.

Para a execução do projeto foram realizadas reuniões, no formato de entrevistas semi-estruturadas primeiramente com o gestor do setor e depois com cada um dos servidores responsáveis por atividades do setor. Estas entrevistas tinham como objetivo identificar os principais desafios enfrentados pelos servidores, bem como os processos que eram desempenhados por eles.

Após a identificação dos processos, estes foram modelados, utilizando-se da metodologia de gestão de processos de negócios (BPM). A BPM foi utilizada para modelar e analisar os processos. Nesta análise dos processos, buscou-se a otimização de tarefas e a redução de retrabalho e entraves.

Para apresentação dos processos modelados, foram realizados workshops com cada um dos setores da secretaria da fazenda, os quais tinham como objetivo apresentar os processos modelados, as redundâncias e as propostas de melhorias nos processos analisados.

Após a realização do workshop elaborou-se um plano de ação, em conjunto com as equipes, elencando as melhorias a serem realizadas em cada um dos setores, inserindo datas limites para as entregas, responsáveis pela ação, e determinando uma priorização das atividades. Estes planos foram acompanhados mensalmente, pelo período de 3 meses, com o objetivo de atender realmente o que havia sido encaminhado nas reuniões de plano de ações anteriores, uma vez que se buscou a efetividade das ações.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante disso, alguns dos principais resultados e produtos obtidos foram:

- Mapeamento de 14 processos relacionados à arrecadação de IPTU;
- Modelagem de todos os processos relacionados à cobrança de IPTU;
- Integração dos processos administrativos às funcionalidades do sistema informatizado de gestão;
- Identificação de não conformidades e limitações dos processos e do sistema informatizado de gestão;
- Proposição de melhorias relacionadas à administração pública mais eficiente, buscando a implementação de mecanismos de inteligência artificial.

Vale ressaltar que este estudo defende a possibilidade de aumentar a arrecadação de IPTU, sem que haja o aumento de alíquota sobre o tributo, ou seja, com um conjunto de soluções é possível que o município aumente a sua receita de IPTU a partir da melhoria dos seus processos administrativos.

Para sugerir a melhoria na arrecadação de IPTU faz necessário mensurar de forma diagnóstica o nível em que o município se encontra quanto à: (i) modelagem dos processos de arrecadação de IPTU; (ii) digitalização dos processos de arrecadação de IPTU; (iii) sistema de cobrança integrada e sistêmica; (iv) planta genérica do município; e, (v) legislações tributárias municipais e plano diretor do município.

4. CONCLUSÕES

Diante disso, este estudo buscou analisar as limitações referentes a arrecadação de IPTU, seja por meio do caso analisado ou ainda por notícias sobre os problemas enfrentados pelos municípios na arrecadação municipal. Concluindo que para sanar essa problemática, os municípios precisam investir em um conjunto de fatores, dentre os quais estão ferramentas de inteligência artificial, digitalização dos serviços públicos, atualização da planta genérica e do plano diretor do município, sistemas integrados de cobrança, todos estes mecanismos colaborariam para a melhoria na arrecadação de IPTU.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, José Roberto R.; ARAÚJO, Erika Amorim; NÓBREGA, Marcos Antonio Rios da. **O IPTU no Brasil: um diagnóstico abrangente**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. 79p. (FGV Projetos/ IDP; v. 4)

G100 - Municípios Populosos com Baixa Receita per Capita e Alta Vulnerabilidade Social. Frente Nacional de Prefeitos. Vitória, ES: Aequus Consultoria, 2012.

G100 - Municípios Populosos com Baixa Receita per Capita e Alta Vulnerabilidade Social. Frente Nacional de Prefeitos. Vitória, ES: Aequus Consultoria, 2018.

G100 – Um grupo formado pelas fragilidades do sistema federativo do Brasil. Nota Técnica. Frente Nacional de Prefeitos. Vitória, ES: Aequus Consultoria, 2020.

IBGE, 2022. **Censo Demográfico 2022 vai mostrar o retrato atualizado do Brasil**. In: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2022/01/censo-demografico-2022-vai-mostrar-o-retrato-atualizado-do-brasil>

MULTI CIDADES – Finanças dos Municípios do Brasil/ Publicação da Frente Nacional de Prefeitos, v. 17, 2022. Vitória, ES: Aequus Consultoria, 2022.

NETO, A. **Alvorada no topo do ranking dos devedores de IPTU**. Porto Alegre: GZH, 2019.

SANTOS, C. H. M.; MOTTA, A. C. S. V.; FARIA, M. E. **Estimativas anuais da arrecadação tributária e das receitas totais dos municípios brasileiros entre 2003 e 2019**. Carta Conjuntura IPEA, n. 48, 2020.